

**TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA
(PÓS-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



**DIRETORIA DE PRODUÇÃO EDUCACIONAL
PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS**

FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2042023808

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Superior Eleitoral + Justiça Eleitoral do Brasil
TSE + TREs (Concurso Unificado)

CARGO:

Técnico Judiciário – Área Administrativa

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

4/2023

CONHECIMENTOS GERAIS

Gramática e Interpretação de Texto

Roberto Gandulfo

TEXTO 1

O quão perto a ciência está de uma vacina para o câncer

- 1 Durante décadas, os pesquisadores tentaram aproveitar o poder natural do sistema imunológico humano para combater o câncer, procurando maneiras de contornar as defesas que as células tumorais usam para impedir o corpo as combata. Apesar dos desafios iniciais, os cientistas que estudam esse tipo de cura acreditam que agora estão mais próximos de obter uma vacina contra o câncer que demonstre resultados satisfatórios.
- 5
- 10 Para entender melhor como funcionam esses tratamentos, considere que o sistema imunológico desempenha um papel crítico no controle do câncer. Muitos especialistas acreditam que os cânceres estão constantemente tentando surgir no organismo humano, no entanto, são reprimidos pelo sistema imunológico antes de se tornarem detectáveis, um processo conhecido como imunovigilância.
- 15 As gigantes farmacêuticas BioNTech e Moderna recentemente ganharam as manchetes por explorar o potencial das vacinas de mRNA, empregadas pela primeira vez contra a covid-19, para tratar o câncer.
- 20 Essas vacinas usam mensageiros criados em laboratório, que ensinam o corpo a montar uma resposta imune.
- 25 Uma vacina desse tipo precisa de uma elaboração personalizada. Em um dos estudos da Moderna, o paciente deve passar por uma biópsia e ter suas células tumorais sequenciadas geneticamente. A sequência é analisada para determinar qual composição de vacina provavelmente será mais eficaz no paciente em particular.
- 30 No andamento da pesquisa da farmacêutica norte-americana, feito com 157 pessoas, um total de 79% dos pacientes com câncer de pele de alto risco que receberam a vacina personalizada estava livre da doença em 18 meses.
- 35 Mas antes da ciência chegar a uma vacina capaz de entender onde atacar em diferentes tipos de câncer, as novas abordagens incluem também o desenvolvimento de vacinas preventivas e terapêuticas com o objetivo de provocar uma resposta imune, ainda que branda, contra elas.
- 40

Os pesquisadores também estão reunindo um conjunto de medicamentos imunoterápicos que aumentariam a eficácia das vacinas. A ideia é utilizar como recursos suplementares dentro de um tratamento vacinal.

Fonte: <https://exame.com/ciencia/o-quao-perto-a-ciencia-esta-de-uma-vacina-para-o-cancer/>. Adaptado.

1

Identifique o tipo textual predominante no Texto 1.

- (A) Narração
- (B) Descritivo
- (C) Dissertação argumentativa
- (D) Dissertação expositiva
- (E) Injunção

2

Analise o período abaixo.

“Faltam profissionais que dominem técnicas.”

Assinale a alternativa que indica corretamente a função sintática da oração destacada.

- (A) Sujeito
- (B) Predicativo do sujeito
- (C) Objeto indireto
- (D) Complemento nominal
- (E) Adjunto adnominal

3

Assinale a alternativa em que a partícula “que” destacada no trecho retoma um elemento anteriormente apresentado.

- (A) Tenho certeza de **que** todos serão aprovados.
- (B) Já **que** não houve oposição, o projeto foi aprovado.
- (C) É importante **que** todos estudem muito.
- (D) É essencial ter uma família **que** o apoie.
- (E) Ele não reprovará ainda **que** não gostem de sua tese.

4

Analise o período abaixo:

“Ao encontrar mais dificuldades, pode me chamar.”

O segmento destacado carrega valor de

- (A) condição.
- (B) consequência.
- (C) causa.
- (D) tempo.
- (E) finalidade.

5

Assinale a alternativa em que o trecho contenha um erro em relação à pontuação.

- (A) Revisitei meu amigo, que hoje mora na Espanha.
- (B) Se você precisar de ajuda, pode me falar.
- (C) No feriado, não haverá aulas.
- (D) Quanto mais estudamos, mais conhecemos.
- (E) Os amigos que nós conhecemos, são nossa melhor representação.

6

Analise o trecho abaixo e assinale a alternativa correta.

“A mãe fez o filho dela estudar toda a matéria.”

- (A) Nesse período, podemos encontrar um exemplo de complemento nominal.
- (B) Nesse período, há uma oração com função de adjunto adverbial.
- (C) Nesse período, os dois sujeitos são classificados da mesma forma.
- (D) Nesse período, os dois predicados são classificados de maneira diferente.
- (E) Nesse período, podemos encontrar um exemplo de sujeito indeterminado.

7

Assinale a alternativa em que a palavra “mais” destacada não funciona como intensificador de uma outra palavra.

- (A) Daqui a pouco, fará mais calor.
- (B) Meu amigo trabalha mais que eu.
- (C) Você não deve ficar mais triste.
- (D) Eu deveria chegar mais cedo.
- (E) Por enquanto, deve haver pensamentos mais revolucionários.

8

Assinale a alternativa em que **não** haja uma estrutura de voz passiva.

- (A) O conteúdo da aula foi elucidativo.
- (B) Foram ensinados diversos conteúdos hoje.
- (C) Não se conhecem os problemas da empresa.
- (D) O documento já foi criado pelo gerente.
- (E) Não se fazem mais jovens como antigamente.

9

Assinale a alternativa em que a colocação pronominal esteja incorreta.

- (A) Não me disseram a verdade.
- (B) Parem-na imediatamente!
- (C) Se houver dúvida, basta me perguntar.
- (D) Há motivos que me impedem de ser triste.
- (E) Um dia, dir-me-ão algo novo!

10

Assinale a alternativa em que haja um erro quanto à regência verbal.

- (A) O atirador visa o alvo.
- (B) O rapaz comprou uma máquina que aspira o pó da casa.
- (C) Todos assistiram ao espetáculo.
- (D) As propagandas implicaram em prejuízos à empresa.
- (E) A dona agradeceu o cachorro.

Noções de Informática**Maurício Franceschini****11**

O Windows 10, sistema operacional da Microsoft, possui integração com a nuvem de armazenamento de arquivos OneDrive por meio do gerenciador de arquivos de nome Explorador de Arquivos. Assinale abaixo um **status inválido** de arquivos vinculados ao OneDrive, exibidos no Explorador de Arquivos.

- (A) Disponível quando online.
- (B) Sincronização pendente.
- (C) Disponível neste dispositivo.
- (D) Offline.
- (E) Sempre disponível neste dispositivo.

12

Em relação aos tipos de redes, quanto ao alcance que elas podem atingir, assinale abaixo aquela rede que é capaz de conectar dispositivos móveis diretamente entre si, cujo alcance abrange poucos metros de distância, permitindo a troca de dados direta entre eles.

- (A) PAN
- (B) LAN
- (C) MAN
- (D) WAN
- (E) CAN

13

Existem softwares que buscam minimizar as chances de ataques a sistemas computacionais ser bem-sucedidos. Dentre tais soluções de segurança, há uma que usa técnicas que incluem a filtragem baseada em conteúdo, análise de reputação do remetente e verificação de autenticidade do remetente, cujo objetivo é reduzir o volume de mensagens indesejadas de mensagens e melhorar a eficiência e segurança da comunicação eletrônica. Essa solução é o

- (A) spyware.
- (B) antiphishing.
- (C) antispam.
- (D) antispymware.
- (E) firewall.

14

O Word 365 é um editor de textos da Microsoft, o qual possui a funcionalidade Estilos de Formatação. Sobre esse recurso, assinale a alternativa que **NÃO** descreve sua utilização.

- (A) Simplificação da formatação do documento.
- (B) Personalização dos estilos de formatação.
- (C) Formatação com base em uma condição ou regra.
- (D) Consistência em todo o documento.
- (E) Criação de novos estilos

15

O MS Edge foi o navegador lançado pela Microsoft a partir do Windows 10, sendo o navegador padrão desse sistema operacional, a partir de então. Assinale uma característica que NÃO descreve corretamente as abas ou guias desse navegador.

- (A) Permitem navegar rapidamente entre várias páginas da web numa mesma janela, sem precisar abrir várias janelas do navegador.
- (B) Permite fixar uma guia para que ela seja exibida permanentemente na barra de guias.
- (C) Uma mesma guia pode ser inserida em mais de um grupo de guias.
- (D) Permite agrupar abas relacionadas em um conjunto e nomear o conjunto para referência futura.
- (E) Recuperação de abas fechadas.

Normas Aplicáveis aos Servidores

Públicos Federais

Eduardo Galante

16

Nos termos da Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo de investigação preliminar, sindicância, processo sumaríssimo ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa e o contraditório.
- (B) Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar a sua suspensão do cargo, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, sem prejuízo da remuneração.
- (C) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de conhecimento do fato e publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (D) O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
- (E) O processo disciplinar poderá ser revisto, por até 5 (cinco) anos após o trânsito em julgado, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido, erro de procedimento de apuração ou a inadequação da penalidade aplicada.

17

Em conformidade com a Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, marque a alternativa correta.

- (A) O auxílio-natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente a sua remuneração, inclusive no caso de natimorto.
- (B) A licença para tratamento de saúde inferior a 30 (trinta) dias, dentro de 1 (um) ano, poderá ser dispensada de perícia oficial, a critério da administração pública.
- (C) Será concedida licença à servidora gestante por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, da lotação e da contagem para o tempo de serviço e promoção por merecimento.
- (D) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 120 (cento e vinte) dias de licença remunerada.
- (E) O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento.

18

Nos termos da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, aponte a alternativa correta.

- (A) O interessado poderá, até a fase de instrução, mediante manifestação escrita ou verbal, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.
- (B) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (C) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (D) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis deverão ser convalidados pela própria Administração ou mediante requerimento dos terceiros interessados.
- (E) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade, de conveniência, de inconformidade e de mérito.

19

Relativamente à Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, marque a alternativa correta.

- (A) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição normativa diversa.
- (B) Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.
- (C) Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, até o ato que antecede ao trânsito em julgado da decisão, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos, incongruências administrativas ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.
- (D) Como regra do processo, os prazos processuais se suspendem por motivos determinantes.
- (E) As sanções, a serem aplicadas por autoridade competente, terão natureza pecuniária, educativa ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurado sempre o direito de defesa e o contraditório.

Estatuto da Pessoa com Deficiência **Carlinhos Costa**

20

Em relação à plena capacidade civil da pessoa com deficiência, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

- (A) A pessoa com deficiência possui capacidade civil plena em todos os aspectos da vida, não sendo necessária qualquer restrição ou apoio para a tomada de decisões.
- (B) A pessoa com deficiência possui capacidade civil plena para questões relacionadas à sua saúde e bem-estar, necessitando de apoio em outros aspectos da vida, como finanças e contratos.
- (C) A pessoa com deficiência possui capacidade civil plena para questões de natureza pessoal e familiar, sendo necessária a nomeação de curador para questões patrimoniais e financeiras.
- (D) A pessoa com deficiência possui capacidade civil plena para questões de natureza laboral, sendo necessária a nomeação de curador para questões de natureza civil e familiar.
- (E) A pessoa com deficiência pode exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária, porém para o fazer é necessário a nomeação de um curador.

21

Com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), em relação às ações e serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- (A) As ações e serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar o atendimento em hospitais especializados e centros de reabilitação.
- (B) As ações e serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar a prescrição de medicamentos e a realização de procedimentos cirúrgicos quando estritamente necessários.
- (C) As ações e serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar o acesso integral e sem discriminação a todos os serviços de saúde, incluindo prevenção, promoção, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos.
- (D) As ações e serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar a oferta de serviços de atendimento domiciliar, excluindo a possibilidade de internação hospitalar.
- (E) É assegurado à pessoa com deficiência o acesso aos serviços de saúde pública, como dever do Estado. Nos hospitais privados, esse dever é relativizado em razão de o Estado não poder regular a oferta e as informações prestadas e recebidas por meio de recursos de tecnologia assistiva e de todas as formas de comunicação.

Noções de Arquivologia **Elvis Miranda**

22

A respeito dos conceitos básicos de Arquivologia, assinale o item que apresenta o conceito de suporte.

- (A) É o material em que a informação é registrada quando da criação do documento, como o papel e mídias digitais, por exemplo.
- (B) É o controle da tramitação dos documentos.
- (C) É o conjunto de documentos acumulados por uma entidade ao longo de sua existência e que comprova suas atividades.
- (D) É o cadastro dos dados dos documentos quando de sua entrada na instituição.
- (E) É o ato de transformar o documento que deu entrada na entidade em processo.

23

Os documentos de arquivo são preservados em função da importância que apresentam para a entidade que os acumula e para a sociedade. É o que a bibliografia arquivística chama de valor dos documentos, que pode ser primário ou secundário. Assinale o item que não apresenta uma importância vinculada ao valor primário.

- (A) Administrativa
- (B) Fiscal
- (C) Histórica
- (D) Legal
- (E) Jurídica

24

Cabe ao setor de protocolo receber os documentos que chegam na instituição. Com relação a isso, é importante destacar que boa parte dos documentos que ingressam na entidade chegam em envelopes fechados. Nesse caso, a unidade de protocolo deve analisar se pode ou não abrir cada envelope a fim de identificar os dados do(s) documento(s) que estes contêm, antes de encaminhá-los aos destinatários. A respeito desse assunto, assinale o item correto.

- (A) Documentos particulares devem ser abertos e registrados, antes de serem encaminhados aos destinatários.
- (B) Documentos ostensivos devem ser abertos e registrados, antes de serem encaminhados aos destinatários.
- (C) Documentos sigilosos devem ser abertos e registrados, antes de serem encaminhados aos destinatários.
- (D) Documentos ostensivos não podem ser abertos no setor de protocolo. Devem ser encaminhados diretamente aos destinatários.
- (E) Documentos particulares não podem ser recebidos pelo setor de protocolo.

25

Um dos mais importantes instrumentos de gestão arquivística é o plano de classificação. Assinale o item que apresenta a finalidade desse instrumento.

- (A) Definir o prazo de guarda e a destinação final dos documentos.
- (B) Controlar a tramitação dos documentos que circulam na entidade.
- (C) Identificar os documentos que serão descartados pela entidade.
- (D) Apresentar as funções e atividades da instituição, de maneira hierarquizada (das mais amplas para as mais específicas), às quais serão atribuídos códigos, que serão utilizados para a organização dos documentos nos arquivos.
- (E) Descrever o acervo nos arquivos permanentes, a fim de direcionar os usuários para os documentos de seu interesse.

Raciocínio Lógico**Diego Ribeiro****26**

Em determinada seção do tribunal, trabalham 24 servidores, sendo $\frac{1}{4}$ homens. Se um terço das mulheres não são casadas e quatro homens são casados, pode-se afirmar que, dentre os servidores desta seção, não são casados:

- (A) metade dos servidores.
- (B) um terço dos servidores.
- (C) um quarto dos servidores.
- (D) dois terços dos servidores.
- (E) dois quintos dos servidores.

27

Dentre as alternativas a seguir, aquela que contém a negação lógica da proposição composta “Eu estudo e, se Deus ajudar, então serei aprovado” é:

- (A) Eu estudo e Deus ajuda e não serei aprovado.
- (B) Eu não estudo e Deus ajuda e serei aprovado.
- (C) Eu estudo ou Deus ajuda e não serei aprovado.
- (D) Eu não estudo e Deus ajuda e não serei aprovado.
- (E) Eu não estudo ou Deus ajuda e não serei aprovado.

28

Considere que um candidato ao concurso do TRT fez a seguinte afirmação: “Se estudar RLM, farei uma boa prova e serei aprovado no concurso”. Dentro das regras da lógica, qual é uma equivalente dessa proposição?

- (A) Se não fiz uma boa prova e não sou aprovado no concurso, não estudei RLM.
- (B) Se fiz uma boa prova ou não sou aprovado no concurso, não estudei RLM.
- (C) Se não sou aprovado no concurso ou não fiz uma boa prova, não estudei RLM.
- (D) Se não fiz uma boa prova ou não sou aprovado no concurso, estudei RLM.
- (E) Estudo RLM ou farei uma boa prova e serei aprovado no concurso.

29

Das sentenças abaixo, qual é uma contradição?

- (A) Se estudo sou aprovado e não sou aprovado.
- (B) Estudo e não sou aprovado.
- (C) Sou aprovado ou não sou aprovado.
- (D) Estudei RLM e não estudei RLM.
- (E) Sou aprovado se estudo RLM.

30

Considere a seguinte sequência lógica:

10, 21, 43, 87, X, 351, 703

Se X é um elemento dessa sequência, qual é o valor do produto de seus algarismos?

- (A) 25
- (B) 60
- (C) 40
- (D) 35
- (E) 50

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

Ricardo Blanco

31

Um decreto de intervenção federal editado pelo Presidente da República limitou a autonomia do Governador na segurança pública do Estado. As Forças Armadas foram acionadas para garantir a segurança. Como medida, os militares abordavam pessoas que transitavam pela comunidade, exigindo a identificação. Um trabalhador saiu sem os documentos pessoais e foi impedido de se deslocar ao seu trabalho. Uma associação que atuava na comunidade há 3 anos poderia entrar com que remédio constitucional para assegurar o direito do trabalhador?

- (A) Mandado de injunção.
- (B) Ação popular.
- (C) *Habeas corpus* preventivo.
- (D) *Habeas corpus* coletivo.
- (E) Ação direta de inconstitucionalidade.

32

A Constituição Federal lista os direitos individuais e as garantias constitucionais que asseguram estes direitos. Eles são classificados como direitos de primeira geração, sendo considerados uma abstenção do Estado. Assinale a opção incorreta em relação aos direitos individuais.

- (A) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- (B) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- (C) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (D) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, inclusive se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

(E) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

33

A regra geral é que cada pessoa tenha uma nacionalidade, apesar de existirem a figura dos apátridas, ou seja, aqueles que não possuem uma nacionalidade. Segundo a Constituição Federal, são privativos de brasileiro nato os cargos, exceto:

- (A) de Presidente e Vice-Presidente da República.
- (B) de Presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) de Presidente do Senado Federal.
- (D) de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (E) de Oficial da Polícia Militar.

34

Os direitos políticos permitem a participação do cidadão nas decisões do Estado, permitindo a escolha dos seus representantes ou sendo escolhido como um dos seus representantes. Assinale a opção incorreta em relação aos direitos políticos.

- (A) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (B) Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.
- (C) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (D) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- (E) Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 80 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

35

Os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais estão elencados no artigo 7º da Constituição, sendo que os domésticos não foram iguados, mas equiparados ao trabalhador urbano e rural. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, exceto:

- (A) Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
- (B) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- (C) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (D) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- (E) Décimo terceiro salário com base na remuneração parcial ou no valor da aposentadoria.

36

Assinale a opção incorreta em relação aos direitos do trabalhador urbano e rural.

- (A) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- (B) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais, mas não em questões administrativas.
- (D) A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.
- (E) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

37

Os princípios fundamentais descrevem as principais características do Estado brasileiro, definindo a sua forma de estado e de governo. Assinale a opção correta em relação aos princípios fundamentais.

- (A) A Federação é um princípio fundamental.
- (B) A Federação é uma forma de governo.
- (C) A República está protegida como cláusula pétrea, segundo a Constituição.
- (D) A cidadania é um objetivo da República.
- (E) Um dos objetivos da República é erradicar as desigualdades regionais.

38

O STF é o guardião da constituição possuindo competência originária e recursal. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente, exceto:

- (A) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- (B) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- (C) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (D) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- (E) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

39

A Constituição estabelece princípios para a administração pública escrevendo um capítulo no art. 37 da Constituição. Ela também disciplina regras para os servidores públicos. Segundo a Constituição, o servidor público estável poderá perder o cargo em virtude de

- (A) decisão fundamentada de autoridade competente em processo administrativo, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.
- (B) sentença judicial, ainda que não transitada em julgado.
- (C) reprovação em avaliação periódica de desempenho, mediante procedimento contraditório, porém sem o exercício de ampla defesa.
- (D) decisão de extinção do cargo público pela autoridade competente.
- (E) declaração de desnecessidade do cargo público pela autoridade competente.

40

A Administração pública fazendária possui prerrogativas constitucionais por atuar na supremacia do interesse público sobre o privado. Segundo a Constituição, assinale a opção incorreta em relação à administração pública.

- (A) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (B) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (C) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- (D) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- (E) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

Noções de Direito Administrativo

Raphael Spere**41**

Um conhecido escritório de advocacia, visando beneficiar seus representados, gratificava mensalmente oficiais de Justiça com o objetivo de obter preferência e imprimir agilidade ao cumprimento de mandados judiciais relativos aos feitos de seu interesse. Ao tomar conhecimento desses fatos, o Tribunal de Justiça determinou a abertura de processo administrativo disciplinar e afastou cautelarmente os servidores envolvidos. Tomando como base de análise a situação narrada, as disposições da Lei n. 8.429/1992 e da Lei n. 12.846/2013, além da jurisprudência das Cortes Superiores Pátrias, julgue as assertivas subsecutivas.

- (A) A situação narra ato de improbidade administrativa cuja condenação poderá levar seus autores à perda dos direitos políticos por até 14 anos.
- (B) Comprovando-se que o pagamento das referidas vantagens indevidas aos oficiais de justiça era habitual, é possível ser pleiteada judicialmente a dissolução da sociedade de advogados.
- (C) A sociedade de advogados poderá ser proibida de contratar com o Poder Público por até 14 anos, devendo tal impedimento constar expressamente no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ser estendido a todos os níveis administrativos da federação.
- (D) Não viola o princípio da presunção de inocência o afastamento dos oficiais de justiça sem remuneração ao longo do processo administrativo disciplinar.
- (E) Devido à natureza grave do ato de improbidade praticado, será defesa a celebração de acordo de não persecução civil.

42

O silêncio administrativo consiste na ausência de manifestação da Administração nos casos em que ela deveria ter se manifestado. Sobre esse tema, julgue as assertivas a seguir.

- I – O silêncio administrativo corresponde a um fato administrativo e não se preordena a produção de efeitos jurídicos.
- II – Ao estabelecer a decadência do direito de anular atos administrativos inválidos após o decurso do prazo de 5 anos, a Lei nº 9.784/1999 atribui efeitos jurídicos ao silêncio administrativo.
- III – O provimento judicial tem o condão de suprir o silêncio administrativo, atribuindo-lhe efeitos jurídicos mesmo diante de competência discricionária que a Administração se omitiu de exercer.

Está (ão) correta (s) a (s) assertiva (s):

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

43

O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, devidamente amparado em parecer exigido por lei, dispensou a realização de pregão para a compra de equipamentos. Diante da situação hipotética tratada e diante das disposições contidas na Lei n. 9.784/1999 – Lei Geral de Processos Administrativos, na Lei n. 14.133/2021 – Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos e na orientação perfilhada pela doutrina, é certo afirmar:

- (A) Considerando que o referido parecer tem natureza vinculante, ainda que não fosse emitido no prazo legal, não haveria comprometimento do procedimento de contratação pública.
- (B) Considerando que o referido parecer tem natureza vinculante, se não fosse emitido no prazo legal, haveria comprometimento do procedimento de contratação pública.
- (C) Se o parecer não fosse exigido em lei, deveria ser denominado não vinculante.
- (D) O parecer facultativo tem conteúdo originário da análise de mérito administrativo e poderá ser revogado por razões de oportunidade e conveniência.
- (E) A lei de licitações exige parecer jurídico apenas ao final do procedimento de contratação pública.

44

A Administração em sentido formal congrega a estrutura de órgãos de uma entidade federada bem como as entidades administrativas por ela criadas, constituindo, respectivamente, a administração direta e indireta. Cooperando com essa estrutura, acham-se as entidades do setor privado que, por meio de descentralização de natureza contratual, recebem o encargo de executar competências públicas. Sobre a descentralização por colaboração junto ao setor privado, é certo afirmar que:

- (A) a delegação de serviços públicos ao setor privado somente será legítima se ocorrer por meio de concessão, sendo a licitação dispensável diante de inviabilidade de competição.
- (B) somente será possível a delegação de competências públicas se o serviço público também for executado por entidade da Administração Indireta, em regime concorrencial.
- (C) a descentralização por colaboração transfere a execução de competências públicas a entidades privadas, mas não a própria titularidade sobre elas, por ser prerrogativa que deve ser mantida com o Poder Público.
- (D) apesar de constituir obrigação do Estado, o serviço público poderá ser executado por particulares, desde que necessariamente sejam pessoas jurídicas regularmente criadas na forma da legislação civil.
- (E) as entidades privadas delegatárias respondem subjetivamente por danos que seus agentes causam a terceiros, devido à personalidade de direito privado que apresentam.

45

Julgue as assertivas adiante à luz das regras doutrinárias e jurisprudências acerca dos Atos Administrativos e Controle da Administração Pública.

- I – A presunção de legitimidade dos atos administrativos é *juris et de jure*.
- II – Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o direito ao sigilo bancário não afasta o acesso pelo Tribunal de Contas da União ao resultado de auditoria interna realizada por sociedade de economia mista federal.
- III – Passados 5 anos sem registro pelo Tribunal de Contas da União, a concessão inicial de aposentadoria ao servidor público se estabiliza, como corolário do princípio da segurança jurídica.

Está(ão) certa(s) apenas a(s) assertiva(s):

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

46

A Administração Pública, nos processos administrativos que desenvolve, deverá observar determinados parâmetros legais, correlacionados a princípios do regime jurídico administrativo. Assinale a alternativa que correlaciona corretamente o parâmetro legal previsto na Lei n. 9.784/1999 e o seu respectivo princípio.

- (A) Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé – impessoalidade.
- (B) Vedação à promoção pessoal de agentes ou autoridades – moralidade.
- (C) Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações superiores às que estritamente necessáries – proporcionalidade.
- (D) Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão – legalidade.
- (E) Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitida aplicação retroativa de nova interpretação – segurança jurídica.

47

A Administração Pública de todos os níveis federativos, típica no Executivo e atípica no Legislativo e Judiciário, deve conduzir suas atividades nos princípios gerais previstos na Constituição Federal, artigo 37. Não se incluem nesse rol os princípios da

- (A) moralidade e eficiência.
- (B) legalidade e publicidade.
- (C) impessoalidade e publicidade.
- (D) legalidade e moralidade.
- (E) motivação e finalidade.

48

Alberto delegou parcela de suas competências a Bernardo, servidor público subordinado. No exercício dessas competências, Alfredo lesou direito líquido e certo de Marília ao indeferir-lhe a concessão de benefício cujas condições legais havia atendido. Acerca da situação narrada e tomando como base a Lei n. 9.784/1999 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é certo afirmar que:

- (A) eventual mandado de segurança deverá ser demandado contra Bernardo, e não contra Alberto.
- (B) eventual mandado de segurança deverá ser demandado contra Alberto, e não contra Bernardo.
- (C) eventual mandado de segurança deverá ser demandado contra Bernardo e Alberto.

(D) se Alberto se manifestar a respeito do mérito nas informações prestadas, será aplicada a teoria da encampação no mandado de segurança, ainda que isso represente modificação de competência estabelecida na Constituição.

(E) a competência para edição de atos normativos poderia ser delegada por Alberto no caso, por se tratar de exercício do poder hierárquico.

49

O IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, autarquia federal, aplicou multa aos responsáveis pela construção de um restaurante em região de dunas definida em lei como área de preservação permanente. Sobre o caso narrado, é correto afirmar que:

- (A) o IBAMA exerceu poder disciplinar ao aplicar a multa.
- (B) enquanto autarquia, o IBAMA integra a Administração Direta e tem personalidade de direito privado.
- (C) enquanto autarquia, o IBAMA integra a Administração Indireta e tem personalidade de direito privado.
- (D) a ação que tenha por objeto a anulação da multa emitida pelo IBAMA deverá ser demandada na Justiça Federal.
- (E) a falta de representação por advogado no processo administrativo sancionador do IBAMA causa a nulidade da multa.

50

No tocante à responsabilidade civil pública, julgue as afirmações a seguir.

- I – A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.
- II – São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
- III – A regra de responsabilidade civil estatal prevista na Constituição consagra dupla garantia, uma em favor do particular e a outra em favor do agente público causador do dano.

Está(ão) certa(s) apenas a(s) assertiva(s):

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (E) III.

Noções de Direito Eleitoral

Weslei Machado

51

Sambalate foi designado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas como juiz eleitoral, na 17ª Zona Eleitoral do Estado do Amazonas. Em razão de sua nomeação, Sambalate tem competência para:

- (A) resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante dos trabalhos da apuração.
- (B) nomear os membros da mesa receptora de votos.
- (C) fixar a data das eleições de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, quando não determinada por disposição legal ou constitucional.
- (D) indicar ao Tribunal Regional as seções eleitorais em que a seção deva ser feita pela mesa receptora.
- (E) dividir a circunscrição em zonas eleitorais.

52

Analise as seguintes situações:

- I – Pedro é juiz de direito;
- II – Tiago é servidor do Poder Judiciário;
- III – Judas ocupa um cargo em comissão na Prefeitura Municipal;
- IV – João é Delegado de Polícia.

Considerados os cargos especificados nas assertivas, pode-se afirmar que não poderão ser designados para integrar junta eleitoral:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

53

Em uma determinada disputa eleitoral para o cargo de Deputado Estadual, na qual há 42 cargos em disputa, chegou-se os seguintes resultados:

- I – 5.500.000 eleitores, inscritos no estado Alpha;
- II – 4.900.000 votos;
- III – 4.200.000 votos válidos;
- IV – Partido Político A obteve 1.300.000 votos;
- V – Partido Político B obteve 1.150.000 votos;
- VI – Partido Político C obteve 95.000 votos;
- VII – Partido Político D obteve 895.000 votos;
- VIII – Partido Político E obteve 760.000 votos.

Considerando essa eleição para o cargo de deputado estadual e as regras sobre os sistemas eleitorais, assinale a alternativa correta.

- (A) Para que um candidato, na etapa do quociente partidário, possa ser considerado eleito, deverá alcançar, no mínimo, 200.000 votos.
- (B) O Partido Político D objete como quociente partidário 8,95.
- (C) O Partido Político A, independentemente da votação de seus candidatos, conquistará, pelo menos, 13 vagas.
- (D) Nessa eleição, o quociente eleitoral é 100.000.
- (E) O quociente partidário do Partido Político B obteve quociente partidário correspondente a 9.

54

Quanto ao recurso contra a expedição do diploma, tratado no Código Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de abuso de poder econômico, será cabível a propositura de recurso contra a expedição de diploma.
- (B) Nas eleições presidenciais, compete ao Tribunal Superior Eleitoral o processo e julgamento do recurso contra a expedição de diploma.
- (C) Por causa de sua natureza decadencial, não se admite a suspensão do prazo para a propositura do recurso contra a expedição de diploma.
- (D) Nas eleições municipais, compete ao juiz eleitoral julgar o recurso contra a expedição do diploma.
- (E) Ainda que formulada no processo de registro, a inelegibilidade superveniente poderá ser objeto do recurso contra a expedição do diploma.

55

Sobre o crime de corrupção eleitoral, conforme o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) A promessa de cargo a correlegionário em troca do voto configura o crime de corrupção eleitoral.
- (B) Promessas de campanha configuram o crime de corrupção eleitoral.
- (C) A configuração do crime de corrupção eleitoral exige o pedido expresso de voto.
- (D) Ao crime de corrupção eleitoral não se aplica o princípio da insignificância.
- (E) Apesar de ser um crime formal, o crime de corrupção eleitoral admite a forma tentada.

56

Sobre os prazos no processo penal eleitoral, veja as seguintes situações:

- I – Prazo para oferecimento de denúncia por crime eleitoral;
- II – Prazo para alegações finais;
- III – Prazo para o juiz proferir sentença;
- IV – Prazo para recurso contra a decisão absolutória ou condenatória;
- V – Prazo para a promoção da execução penal após a baixa dos autos da instância superior.

Consideradas as disposições do Código Eleitoral, deverão ser praticados no prazo de cinco dias os atos indicados nas assertivas:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) II e V.

57

No que concerne à Lei Complementar n. 64/1990 sobre as inelegibilidades, assinale a alternativa correta.

- (A) A inelegibilidade decorrente da rejeição de contas produz efeitos a partir do ato gerador da decisão do tribunal de contas.
- (B) A inclusão do nome do administrador público na lista remetida à Justiça Eleitoral por tribunal ou conselho de contas atrai a incidência da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas.
- (C) A propositura da ação anulatória, sem a obtenção de provimento liminar ou tutela antecipada, não suspende a inelegibilidade.
- (D) A Justiça Eleitoral pode analisar o acerto ou o desacerto das decisões proferidas por tribunal ou conselho de contas.
- (E) Em caso de rejeição de contas por ato doloso ou culposo de improbidade administrativa, tem-se a incidência da inelegibilidade.

58

Sobre o ajuizamento de ação de investigação judicial eleitoral em razão da prática de abuso de poder econômico, abuso de poder de autoridade ou uso indevido dos meios de comunicação social, assinale a alternativa correta.

- (A) Após o despacho inicial, deve-se intimar o representado para que, no prazo de 3 dias, ofereça ampla defesa, junte documentos e rol de testemunhas, se cabível.
- (B) Encerrado o prazo de dilação probatória, as partes, inclusive o Ministério Público, poderão apresentar alegações no prazo comum de dois dias.

- (C) Cada parte poderá arrolar até cinco testemunhas, as quais devem comparecer para depoimento independentemente de intimação.
- (D) Nas eleições federais, cabe ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar o pedido formulado na ação de investigação judicial eleitoral.
- (E) Para a configuração do ato abusivo, deve-se demonstrar a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição.

59

No que se refere às disposições preliminares aplicadas aos partidos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender direitos fundamentais.
- (B) O partido político se equipara às entidades para-estatais.
- (C) O prazo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos poderá ser de até 8 (oito) anos.
- (D) Exaurido o prazo de vigência de um órgão partidário, tem-se a sua extinção automática do órgão e o cancela-se sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
- (E) A ação do partido tem caráter nacional ou estadual e é exercida de acordo com seu estatuto e programa, sem subordinação a entidades ou governos estrangeiros.

60

Sobre a criação e o registro dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) O requerimento de registro do partido deve ser endereçado ao registro civil das pessoas jurídicas da capital.
- (B) O requerimento de registro de partido político deve ser subscrito por, pelo menos, 101 fundadores com domicílio eleitoral em, no mínimo, 1/5 dos estados.
- (C) Para a aquisição da personalidade jurídica, o pedido de requerimento de registro deve ser formulado ao Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) Após o registro do partido político no cartório de registro civil das pessoas jurídicas, assegura-se a exclusividade de sua denominação, sigla e símbolos.
- (E) Só partidos políticos com registro no Tribunal Superior Eleitoral podem participar do processo eleitoral.

61

- Sobre a filiação partidária, conforme as disposições contidas na Lei n. 9.096/1995, assinale a alternativa correta.
- (A) O eleitor inelegível não pode se filiar a partido político.
 - (B) Preenchidos os requisitos e registrada na Justiça Eleitoral, considera-se deferida a filiação partidária.
 - (C) Os órgãos de direção nacional e regionais dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes no cadastro eletivo.
 - (D) O partido político pode estabelecer em seu estatuto prazos de filiação partidária superiores ao legalmente estabelecido.
 - (E) A perda e a suspensão dos direitos políticos constituem causas de cancelamento imediato da filiação partidária.

62

- Sobre eleições para o cargo de prefeito e vice-prefeito de municípios com 100.001 eleitores, assinale a alternativa correta.
- (A) Considera-se eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos, não computados os em branco e os nulos.
 - (B) Considera-se eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos, computados os em branco e os nulos.
 - (C) Se em primeiro turno nenhum candidato alcançar a maioria dos votos, far-se-á nova eleição no último domingo de outubro.
 - (D) Considera-se eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos, computados os votos em brancos e os nulos.
 - (E) Considera-se eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos, não computados os votos em brancos e os nulos.

63

- Quanto à formação de coligações, de acordo com as disposições a Lei n. 9.504/1997, assinale a alternativa correta.
- (A) É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para as eleições proporcionais, para as eleições majoritárias ou para ambas.
 - (B) A coligação terá denominação própria que não pode ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram.
 - (C) A coligação passa a ter existência jurídica a partir do acordo de vontades entre os partidos políticos, independentemente de homologação pela Justiça Eleitoral.
 - (D) A denominação da coligação poderá coincidir, incluir ou fazer referência e nome e a número de candidato.
 - (E) Na propaganda para a eleição proporcional, a coligação usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.

64

- Os partidos políticos, em caso de omissão do estatuto, deverão, por meio do órgão nacional, estabelecer as normas sobre a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações e publicá-las no Diário Oficial da União até:
- (A) 20 de julho do ano das eleições.
 - (B) 180 dias antes das eleições.
 - (C) às 19 horas do dia 15 de agosto do ano da eleição.
 - (D) 3 meses antes da data da eleição.
 - (E) 25 de maio do ano da eleição.

65

- No que se refere ao registro de candidatura, segundo as normas previstas na Lei n. 9.504/1997, assinale a alternativa correta.
- (A) A idade mínima constitucionalmente estabelecida deve ser verificada tendo por parâmetro a data do registro de candidatura.
 - (B) Se o partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-los no prazo máximo de cinco dias seguintes à publicação da lista dos candidatos.
 - (C) A Justiça Eleitoral enviará aos partidos políticos, na respectiva circunscrição, até o dia 15 de agosto do ano da eleição, a relação de todos os devedores de multa eleitoral.
 - (D) As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro de candidatura, salvo em caso de alterações fáticas ou jurídicas supervenientes que afastem a inelegibilidade.
 - (E) Para os militares da ativa, admite-se o registro de candidatura avulsa.

66

- Ainda sobre as disposições relativas à Lei das Eleições, assinale a alternativa correta.
- (A) A contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais não gera vínculo empregatício com o candidato ou partido contratantes.
 - (B) Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cem dias antes da data das eleições.
 - (C) O ajuizamento de ação eleitoral por candidato ou partido político impede ação do Ministério Público no mesmo sentido sobre os mesmos fatos.
 - (D) No momento da votação, além da exibição do título eleitoral, o eleitor deve apresentar um documento de identificação com fotografia.
 - (E) Os eleitores nomeados para compor as mesas receptoras serão dispensados do serviço, mediante declaração da Justiça Eleitoral, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo tempo correspondente aos dias de convocação.

Gestão de Pessoas

José Wesley

67

O diretor de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará tem o papel de aumentar o incentivo e a motivação dos servidores e, para atingir esse propósito, utilizou a teoria de Maslow. Com base na pirâmide das necessidades do referido teórico, se as necessidades fisiológicas foram atendidas, a próxima necessidade será

- (A) de afiliação.
- (B) de autoestima.
- (C) de segurança.
- (D) gerais.
- (E) de autorrealização.

68

Em relação às teorias de motivação, Frederick Herzberg verificou e evidenciou através de muitos estudos práticos a presença de dois fatores distintos que devem ser considerados na satisfação do cargo. São eles: os Fatores Higiênicos e os Motivacionais. De acordo com o proposto nessa teoria, é correto afirmar que

- (A) os fatores intrínsecos promovem a não insatisfação.
- (B) o não atendimento de fatores higiênicos gera insatisfação.
- (C) os fatores motivacionais diminuem a insatisfação.
- (D) a ausência dos fatores intrínsecos gera insatisfação.
- (E) os fatores higiênicos promovem satisfação.

69

No contexto das teorias que enfatizam pessoas, Elton Mayo desenvolveu um estudo denominado experiência de Hawthorne. Essa teoria e estudo surgem em um contexto de maior valorização das interações sociais em detrimento de habilidade ou inteligência. A teoria pioneira no aspecto de valorização dos aspectos informais e das pessoas é chamada de:

- (A) Teoria Comportamental.
- (B) Escola das Relações Humanas.
- (C) Teoria Estruturalista.
- (D) Administração Científica.
- (E) Teoria da Contingência.

Administração de Recursos Materiais

José Wesley

70

Os itens do estoque estão classificados em rol decrescente, no qual os itens com maior valor monetário vêm antes, seguidos dos itens de menor valor monetário. Cada item tem o seu valor e sua porcentagem em relação ao valor global dos estoques, conforme apresentado abaixo.

Classificação	Código do Item	Valor do Estoque do Item	Porcentagem do Item	Valor do Estoque Acumulado	Porcentagem Acumulada
1	12	360.000,00	36,0%	360.000,00	36,0%
2	25	280.000,00	28,0%	640.000,00	64,0%
3	11	100.000,00	10,0%	740.000,00	74,0%
4	15	60.000,00	6,0%	800.000,00	80,0%
5	9	55.000,00	5,5%	855.000,00	85,5%
6	14	38.000,00	3,8%	893.000,00	89,3%
7	16	22.000,00	2,2%	915.000,00	91,5%
8	5	20.000,00	2,0%	935.000,00	93,5%
9	17	15.000,00	1,5%	950.000,00	95,0%
10	30	10.000,00	1,0%	960.000,00	96,0%
demais itens		40.000,00	4,0%	1.000.000,00	100,0%

Pelo "Princípio de Pareto", é correto afirmar que se classificam como "B" apenas os itens de códigos:

- (A) 14, 15, 16.
- (B) 12, 14, 16.
- (C) 12, 25, 11.
- (D) 9, 14, 16, 5 e 17.
- (E) 14 e 15.

71

Considerando que determinada organização utilize o sistema de reposição contínua para atingir a máxima eficiência das reposições de seu estoque; que o consumo diário de determinado item nessa instituição seja de 120 unidades; que o período de reabastecimento do item seja de 4 dias e que o estoque de segurança do item corresponda ao consumo de 3 dias, é correto afirmar que o ponto de pedido do item em questão é de:

- (A) 820 unidades.
- (B) 750 unidades.
- (C) 840 unidades.
- (D) 600 unidades.
- (E) 330 unidades.

72

Se, no inventário de determinado item de estoque, de um total de 10 itens, apenas 2 deles tiveram o valor inventariado divergente do valor registrado no banco de dados, logo o índice de acurácia do inventário foi de:

- (A) 20%.
- (B) 2%.
- (C) 8%.
- (D) 80%.
- (E) 40%.

Administração Pública

José Wesley

73

Em relação à evolução da administração pública no Brasil e o pensamento administrativo após os anos 30, percebe-se, principalmente com a entrada em vigor da Constituição de 1946, a ampliação da estatização dos serviços públicos. Com relação à estatização dos serviços públicos entre os anos 40 e 80 do século XX, assinale a alternativa correta.

- (A) Amplia-se a competência de estados e municípios na prestação de serviços de utilidade pública no Brasil.
- (B) Diminui a intervenção do Estado na atividade econômica do país.
- (C) Ampliam-se as concessões de serviços de utilidade pública para empresas privadas.
- (D) O regime de concessões de serviço de utilidade pública, no período citado, mantém-se aberto para o capital estrangeiro.

(E) A estatização dos serviços de utilidade pública tornou inoperante grande parte das cláusulas típicas dos contratos de concessão de serviço público.

74

Acerca de accountability, julgue os itens seguintes.

- I – O dever de prestar contas e a responsabilização pelos resultados advindos da utilização de recursos públicos integram o conceito de accountability.
- II – Valores oriundos do sistema patrimonialista de gestão, como a prática do clientelismo, corrupção e nepotismo, favorecem a prática de accountability.
- III – Os maus gestores podem ser responsabilizados por atos praticados com inobservância da lei ou do interesse público.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item II está certo.
- (B) Apenas o item III está certo.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens I e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

75

Em relação à evolução da administração pública no Brasil, sabe-se que o gerencialismo mantém variadas características burocráticas, mas difere em vários aspectos. Marque a alternativa que indica um aspecto diferencial do gerencialismo.

- (A) clientelismo.
- (B) meritocracia.
- (C) especialização vertical.
- (D) avaliação ex post.
- (E) horizontalização das estruturas.

Administração Financeira e Orçamentária

Anderson Ferreira

76

O chamado "orçamento-programa" caracteriza-se

- (A) pela restrição aos aspectos legais e formais da previsão da receita e da fixação da despesa pública.
- (B) pela justificativa pormenorizada, a cada exercício financeiro, de todas as dotações contempladas no orçamento.
- (C) pela participação popular na decisão final de alocação dos recursos orçamentários.
- (D) por um plano de trabalho materializado por um conjunto de ações concretas e pela identificação dos recursos necessários à sua realização.
- (E) por ajustes marginais às dotações orçamentárias ao final de cada exercício financeiro.

77

Com relação aos instrumentos de planejamento e orçamento dispostos no art. 165 da Constituição Federal,

- (A) o orçamento de investimento deve demonstrar todas as receitas e as despesas de todas as empresas em que o ente federativo tiver participação.
- (B) o orçamento da seguridade social faz parte do Relatório de Gestão Fiscal.
- (C) o plano plurianual terá vigência de 4 anos e estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas de forma regionalizada.
- (D) o Poder Executivo de cada ente deverá publicar, até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, o relatório resumido de execução orçamentária.
- (E) a lei de diretrizes orçamentárias é o único instrumento de planejamento e orçamento cuja iniciativa é do parlamento.

78

Com relação ao orçamento público na Constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias podem ser aprovadas, em caso de urgência, mesmo incompatíveis com o plano plurianual.
- (B) As emendas individuais parlamentares impositivas ao projeto de lei orçamentária anual serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida previsto no projeto.
- (C) A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei ordinária específica.
- (D) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão na lei de diretrizes orçamentárias, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- (E) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

79

Consoante a Lei n. 4.320/1964, quanto aos créditos adicionais, assinale a alternativa correta.

- (A) A abertura de créditos adicionais suplementares independe da existência de recursos disponíveis.
- (B) O produto das operações de crédito autorizadas é considerado um recurso para o atendimento de abertura de créditos adicionais.
- (C) Na apuração do excesso de arrecadação, é vedada a dedução da importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.
- (D) Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos suplementares e especiais.
- (E) Os créditos extraordinários serão abertos por decreto legislativo.

80

O princípio da proibição do estorno determina que

- (A) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa, em regra, é vedada.
- (B) todas as receitas constem no orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- (C) a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções constitucionais, é proibida.
- (D) a participação social na alocação dos recursos públicos é proibida.
- (E) a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa é permitida, desde que em casos de urgência e calamidade pública.

Redação (30 linhas) + Padrão de Resposta

Roberto Gandulfo

Massacre em escolas: por que adolescentes escolhem a violência? Saiba como identificar sinais

Segundo especialistas, os adolescentes dão diversos sinais antes de escolherem a violência no ambiente escolar

Pais, alunos e professores vêm demonstrando preocupação com o aumento de casos de ameaças e tentativas de ataque em escolas no Brasil. Apesar da movimentação do Governo Federal e dos governos estaduais, além do aumento do policiamento nos ambientes escolares, especialistas acreditam que a melhor forma de prevenir massacres em escolas é entender o que leva um adolescente a escolher a violência.

Segundo o psicólogo e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fábio Melo, não existe uma explicação universalmente aceita para o fenômeno de ataques em escolas, que vêm atingindo inúmeros países pelo mundo. Entretanto, o mais importante é entender que o autor dos crimes não é um monstro, mas alguém que construiu motivos durante a vida para agir desta forma.

"É como numa balança: a história individual do criminoso e a história social do contexto político, onde esses massacres têm acontecido. Tem que tentar entender se existe violência familiar, abuso na escola, bullying ou traumas violentos anteriores na família. Mas é impossível fazer essa análise isolando o indivíduo do seu contexto sociopolítico", explica o especialista.

Portanto, para identificar os motivos que levam um jovem a ameaçar ou praticar massacres em escolas, é importante entender quais lugares ele frequenta, quais fóruns ele participa e como ele se comporta nas redes sociais. Além disso, deve questionar quais os modelos deste adolescente e quais discursos políticos ele segue.

[...]

Fonte: <https://www.itatiaia.com.br/editorias/brasil/2023/04/17/massacre-em-escolas-por-que-adolescentes-escolhem-a-violencia-saiba-como-identificar-sinais>

Com base no texto acima, redija um texto dissertativo-argumentativo de acordo com o seguinte tema:

O IMPACTO DA EDUCAÇÃO NO BEM-ESTAR SOCIAL

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



REDAÇÃO SOB MEDIDA

**Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você ser aprovado.**

»»» O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.

#VEM SER GRAN



Quero passar na prova discursiva

GRAN
CONCURSOS

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | No horário de segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.